

à utopia vivida no carnaval. Onze páginas são imparcialmente dedicadas a cada um destes momentos (as *festas da ordem* e as *festas da desordem*) que “*servem como as verdadeiras rou-pagens pelas quais a sociedade cria e recria sua identidade social e suas tradições*” (p. 71).

Como o autor é homem e, além disso, brasileiro (carioca, ainda por cima) não poderia deixar de dedicar um capítulo a um tópico muito caro às conversas masculinas: mulheres e sua associação com as comidas que eles comem, tema que, ele não diz, mas é sabidamente *carne-de-vaca* nas mesas de bar que reúnem homens de mangas arregaçadas e colarinhos frouxos, após o trabalho.

No retrato que Da Matta faz dele próprio, ao final do livro, diz ter certeza de que “*a Antropologia Social é também um código literário e que só nos faltam a ousadia temática e aquela capacidade de observação e articulação.*” (p.125).

O que faz o Brasil, Brasil? é, em vários sentidos, uma ousadia temática. Da Matta já teve uma experiência na televisão. Aguardamos para breve os seus romances, gênero que já se mostrou como um veio fecundo para os antropólogos brasileiros.

Sylvia Caiuby Novaes

Professora de Antropologia no
Departamento de Ciências Sociais da
FFLCH da Universidade de São Paulo

ANTROPOLOGIA URBANA



GASPAR, M. D. *Garotas de programa: prostituição em Copacabana e identidade social.* Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1985. 135 p.

Resultado de uma dissertação de mestrado apresentada no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social do Museu Nacional em 1984, **Garotas de Programa** é uma boa contribuição para a antropologia urbana. Como diz a autora, na introdução da obra:

“O objetivo deste livro é entender a organização social e o sistema de representações de um certo tipo de prostituição praticado em algumas boates de Copacabana por mulheres jovens, oriundas de camadas médias, conhecidas como garotas de programa” (p. 11).

O livro se divide em quatro capítulos. No primeiro, *Copacabana, Princesinha do Mar*, a autora caracteriza o cenário onde se situam os atores de que irá tratar. Utilizando-se do esquema de Gilberto Velho, seu orientador, Maria Dulce procura mostrar Copacabana como um bairro que, além de “*apresentar uma das densidades mais altas do mundo*” (p. 15), se divide em várias subáreas, que se caracterizam pela fase de ocupação e pelo tipo de população que nelas se estabelece.

Descreve também as boates situadas entre o Copacabana Palace, avenida Princesa Isabel e praça do Lido, onde desenvolveu seu trabalho de campo. Estas boates se distribuem em diferentes categorias e têm um quadro de pessoal permanente — porteiro, garçons, homens, garotas etc. São certamente as garotas que merecem da autora uma descrição pormenorizada, tanto quanto à imagem que elas produzem (roupas, sapatos, maquiagem etc.), como quanto às formas pelas quais se relacionam com os outros personagens deste cenário. O primeiro capítulo termina com uma visão da *violência*, tal como ela aparece no discurso das garotas, e que dá a atmosfera específica do tema em questão.

No segundo capítulo, Maria Dulce mostra que não é só quando fazem pesquisa de campo em sociedades indígenas que os antropólogos têm o que contar. Ao entrar *na noite* e no mundo da prostituição, o pesquisador passa a fazer parte de um universo que lhe é estranho e este estranhamento é uma das ferramentas básicas de entendimento com que conta a disciplina.

A observação participante, viabilizada pelo fato da pesquisadora pertencer à mesma faixa etária da população

estudada e apresentar uma imagem semelhante (p. 56) a elas, foi a principal via de acesso aos dados. A consulta a fichas de cadastramento de uma agência de turismo, que oferecia serviços sexuais a seus clientes, e entrevistas com proprietários e gerentes de boates completam as fontes utilizadas.

O capítulo III faz a análise da literatura existente a respeito da prostituição; as obras são apresentadas a partir da postura dos autores (textos acadêmicos, missionários, jornalísticos e autobiográficos). A autora mostra a diferença entre a literatura produzida nos Estados Unidos e na França, e se detém na análise dos trabalhos mais recentes (a partir de 1976) produzidos no Brasil, sob a influência da teoria do desvio proposta por Becker e dos trabalhos de Goffman.

No final deste terceiro capítulo, a autora antecipa a perspectiva que lhe permitirá analisar a identidade social das garotas de programa. As várias dimensões da identidade: alteridade, desempenho de papéis (complementares e contraditórios), situação de status e manipulação da identidade são os pilares através dos quais se poderá construir socialmente a identidade das garotas.

Aqui, a identidade é vista como uma combinatória de vários papéis, “*todos objeto de diferentes julgamentos morais por parte da sociedade abrangente*” (p. 87). A partir desta conceituação, o quarto capítulo apresenta as representações que os clientes fazem das garotas e as auto-representações que elas fazem de si próprias, “*enfocando suas manipulações e racionalizações perante os preconceitos que envolvem sua atividade*” (p. 88).

A conclusão deixa um pouco a desejar. Abandonando a tese da pros-

tituição como um *mal necessário*, e seu correlato, que a vê como oportunidade para os homens satisfazerem suas *necessidades sexuais*, resta ainda a perspectiva, igualmente posta de lado pela autora: a que vê a prostituição como uma *estratégia de sobrevivência*.

Sobra pouco. *fazer programa é uma atividade que visa antes a ascensão social do que a própria sobrevivên-*

cia (p. 126). Mas, convenhamos, há outras atividades que possibilitam a ascensão social e o grande interesse da antropologia é, justamente, entender por que uma é escolhida em detrimento de outras. Isso ficamos sem saber.

Sylvia Caiuby Novaes

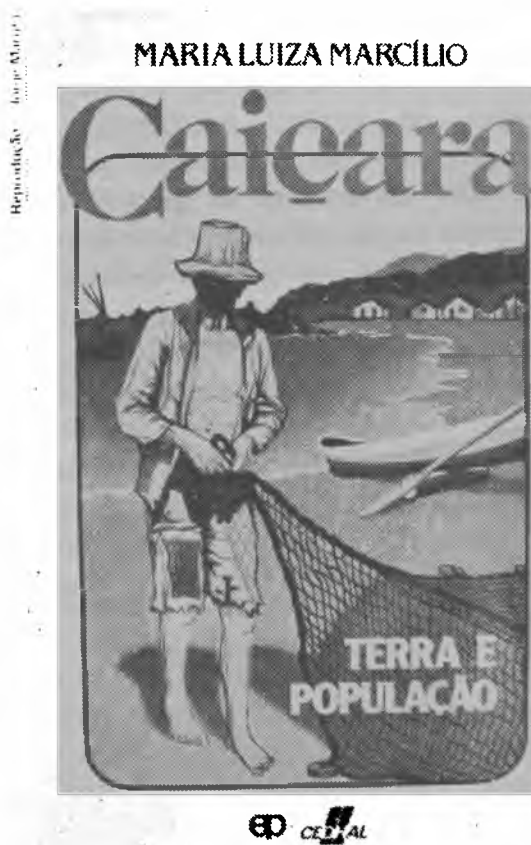
Professora de Antropologia no Departamento de Ciências Sociais da FFLCH da Universidade de São Paulo

HISTÓRIA SOCIAL

MARCÍLIO, M. L. *Caieara: terra e população: estudo de demografia histórica e da história social de Ubatuba.* São Paulo, Paulinas: CEDHAL, 1986. 244 p.

Anos após a publicação de *Os Parceiros do Rio Bonito*, de Antônio Candido, surge este livro de Maria Luiza Marcílio que, provavelmente, será um novo clássico sobre a organização social e a cultura da população caipira. A própria autora explicita que *caieara*, tanto quanto *caipira*, é uma designação da população camponesa tradicional do território do atual estado de São Paulo e das partes circunvizinhas de outros estados, enfim, da extensão geográfica de contornos mal definidos povoada a partir dos primeiros núcleos estabelecidos pelos colonizadores portugueses nesta porção da colônia, e a que Joaquim Ribeiro chamou de *Paulistânia*, para enfatizar a ocorrência de um patrimônio comum de tradições e costumes.

A autora parte do pressuposto, colhido em Antônio Cândido, de que



o século XVIII, especialmente sua segunda metade, caracterizou-se pela decisão do governo português de incorporar a região que viria a constituir a capitania, província e estado de São Paulo, à economia internacional de mercado. Duas das principais